



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Comércio internacional, estrutura produtiva e desenvolvimento regional no Brasil (2004 a 2014)

Internacional trade, productive structure and regional development in Brazil (2004 a 2014)

*Soraia Aparecida Cardozo, Instituto de Economia/UFU,
soraia.cardozo@ufu.br*

RESUMO

O artigo analisa as relações entre inserção internacional comercial das cinco macrorregiões brasileiras e suas estruturas produtivas, emprego e renda. Mostra-se como o espaço econômico nacional se articulou de forma heterogênea ao processo de inserção comercial brasileira como exportadora de produtos intensivos em recursos naturais, no período de 2003 a 2013. Utilizando-se do referencial analítico da divisão inter-regional do trabalho, construiu-se indicadores regionais com base nos seguintes dados: comércio exterior; estrutura industrial; emprego e renda. Dentre as principais conclusões, destaca-se que as macrorregiões aumentaram as exportações de commodities, com maior intensidade nas regiões Norte, Sudeste e Sul; a inserção comercial tem relação com mudanças nas estruturas de produção regionais, com aumento da participação das atividades intensivas em recursos naturais na composição do PIB; na indústria de transformação houve aumento na participação da indústria intensiva em trabalho e queda na indústria com maior conteúdo tecnológico; para as cinco macrorregiões houve um aumento das importações voltadas à produção industrial; as atividades exportadoras intensivas em recursos naturais possuem baixa capacidade de geração de emprego e estes concentram-se, predominantemente, em faixas de menor remuneração.

Palavras Chave: Estrutura produtiva regional; Comércio internacional; Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This paper analyses the relationship between the international trade integration of the Brazilian macro regions and their productive structures, employment and income. It shows how, during the 2003-2013 period, the national economic space has been heterogeneously articulated to the country's trade pattern as an exporter of natural resources-intensive goods. Using the analytical approaches of the inter-regional division of labour, regional indicators were developed based on the following data: foreign trade, industrial structure, the sectoral composition of GDP, employment and income. Among the main conclusions, the paper emphasises that the regions which most increased the exports of commodities were the North, the East and the South; that there is a relationship between changes in the international trade insertion and in regional production structures, that, in manufacturing, there was an increase in the share of labour-intensive sub-sectors and a decrease in high technology ones; that there was an increase of imports directed to industrial production in the five regions; and that natural resources-intensive, export-oriented activities have a low job-creation capacity, and those created are predominantly concentrated in lower-paid tracks.

Keywords: Regional productive structure; International trade; Regional development.

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990 há tendência a uma especialização regressiva da estrutura produtiva brasileira à medida que os setores intensivos em recursos naturais e trabalho ampliaram sua importância em detrimento de diversos segmentos da indústria de transformação (CARNEIRO, 2002). Esse processo se intensifica na segunda metade da primeira década dos anos 2000, quando o país se beneficia do *boom* de *commodities*.

Na primeira década dos anos 2000 as taxas de crescimento da economia nacional foram superiores às aquelas observadas nas décadas de 1980 e 1990, levando autores como Corrêa & Santos (2013) a apontarem que essa dinâmica esteve relacionada à configuração de um novo padrão de crescimento. Segundo os autores, em 2003 a dinâmica internacional favorável com aumento da demanda e dos preços das *commodities* começou a impulsionar a economia brasileira, mas a partir de 2006, além do cenário internacional favorável, as políticas públicas de transferência de renda, a redução da pobreza, o papel do investimento público, principalmente em infraestrutura, permitiram a configuração de um crescimento impulsionado pela dinâmica interna. Abre-se um ciclo de crescimento do PIB no período 2004 a 2008 em que a economia brasileira cresceu 4,8%, mas muitos autores apontaram para os riscos de um possível processo de reprimarização da pauta exportadora e de uma desindustrialização do país. Os autores reforçam a importância do mercado interno e dos investimentos públicos como principais indutores do crescimento e, dessa forma, as políticas restritivas que vão ser recorrentes após 2012, juntamente com os efeitos da crise internacional, vão começar a travar a capacidade de crescimento do país.

Diante desse processo mais geral da economia brasileira, ocorreram significativos impactos na dinâmica regional do país, pois, como destaca Cano (2011), no período 1989 a 2003 houve uma expansão da fronteira agrícola e mineral em virtude da intensificação da exploração de recursos naturais. No período pós 2004, há a consolidação dos complexos minerais e agropecuários, com intensificação do uso do território para essas atividades econômicas, ao mesmo tempo em que há um fortalecimento do mercado interno (DELGADO, 2012).

O objetivo principal deste artigo é investigar quais são as principais transformações na estrutura produtiva brasileira dentro de uma perspectiva do desenvolvimento regional em um modelo de desenvolvimento que mesclou uma intensificação da inserção comercial principalmente mediante a expansão da exportação de produtos básicos com políticas de fortalecimento do mercado. Nesse sentido, busca-se entender se a maior inserção de determinadas frações do território nacional se reflete positivamente no que diz respeito à geração de emprego, remuneração da força de trabalho e estrutura produtiva desencadeadas pelas atividades exportadoras mais dinâmicas, que intensificam o uso do território em regiões com expansão da fronteira agropecuária e extrativa¹. Veremos como a inserção do Brasil na atual fase do capitalismo se especializa na exportação de produtos básicos, mas que espacialmente a articulação à economia mundial é desigual.

O artigo está estruturado em três seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção mostra as principais transformações na inserção comercial das cinco macrorregiões brasileiras. A seção segunda apresenta dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) para mostrar o avanço da indústria extrativa dentro das estruturas industriais regionais e fazer uma rápida discussão sobre as principais modificações na indústria de transformação de cada macrorregião. Na terceira seção, com base na Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAD), do IBGE,

¹ Sobre os impactos regionais do comércio exterior brasileiro, ver, entre outros, importantes estudos realizados por Macedo (2010a, 2010b e 2011).

apresentam-se informações com o intuito de apreender quais são as possíveis transformações espaciais decorrentes da inserção externa regional em termos de emprego e renda. Para os dados da PIA sobre estrutura produtiva regional e para os dados da PNAD sobre emprego e rendimentos foram calculadas taxas de crescimento que se baseiam em um modelo de regressão log-linear contra o tempo.² Nesses casos, serão feitos comentários, sempre que necessários, de se existe ou não uma tendência significativa³ na evolução dos dados apresentados.

COMÉRCIO EXTERIOR: PRIMARIZAÇÃO DAS PAUTAS EXPORTADORAS REGIONAIS

Esta seção tem como objetivo fazer uma análise dos dados de comércio exterior regional com o intuito de elucidar qual é o perfil da inserção comercial de cada macrorregião brasileira. Como já colocado anteriormente, é importante uma análise do perfil de inserção regional no comércio exterior para termos indícios de quais são as principais transformações que essas atividades podem estar provocando em termos espaciais, e qual é a capacidade dessas atividades desencadear um padrão de crescimento que tenha como desdobramentos um processo de desconcentração da atividade produtiva, da geração de renda e da redução das desigualdades econômicas regionais.

Refletindo a concentração produtiva regional, o Sudeste concentra a maior parte das exportações brasileiras, sendo responsável por aproximadamente 50% das exportações nacionais em 2014. Entretanto, essa região apresentou expressiva perda relativa de participação no total de exportações nacionais (10,6 pontos percentuais, entre 1991 e 2014), em contrapartida à elevação da participação das regiões Norte (ganhos de 2,4 p. p.) e Centro-Oeste (com ganhos de 11 p. p.), em igual período. As regiões Nordeste e Sul também perderam participação relativa nas exportações nacionais, como está ilustrado no Gráfico 1.

Ainda no que se refere à região Sudeste, o estado de São Paulo registrou a maior perda de participação nacional passando de 35,6% em 1991 para 22,2% em 2014. O estado do Espírito Santo manteve sua participação em torno de 5%, Minas Gerais perdeu participação (passando de 15,5% em 1991 para 13,4% em 2014) e o estado do Rio de Janeiro ganhou participação passando de 5,4% para 9,9% de 1991 a 2014. Todos os estados incrementaram, em termos absolutos, o volume exportado, entretanto as frações do espaço nacional dotadas de possibilidades de exploração de recursos naturais tiveram taxas de expansão das exportações mais elevadas e se conectaram com maior intensidade ao exterior.⁴

A segunda região com maior participação nas exportações nacionais é a região Sul do país, mas também passou a perder participação sistematicamente a partir de 2005. Dentro dessa

² Esse modelo de regressão log-linear é utilizado para a determinação de taxas de crescimento ao longo do tempo e não apenas entre dois pontos extremos de uma série temporal – de modo que se evitam possíveis efeitos devidos a valores atípicos nas extremidades de uma série de tempo, que podem levar a subestimação ou superestimação da taxa de crescimento. Os leitores poderão encontrar maiores detalhes do modelo log-linear, com exemplos empíricos, em Gujarati (2006) e, sobre o uso da PNAD, em Hoffmann (2000).

³ O qualificativo *significativo* refere-se ao teste estatístico feito para verificar se a evolução dos dados apresenta alguma tendência, de crescimento ou de queda. Sempre que for usado esse qualificativo (ilustrado pelos asteriscos que acompanham algumas taxas nas Tabelas) significa que os dados apresentam uma tendência (aumento ou diminuição) estatística. Nos casos em que as taxas não estiverem acompanhadas de asteriscos significará que não houve a referida tendência, ou seja, significará uma estabilidade (estatística) na evolução dos dados.

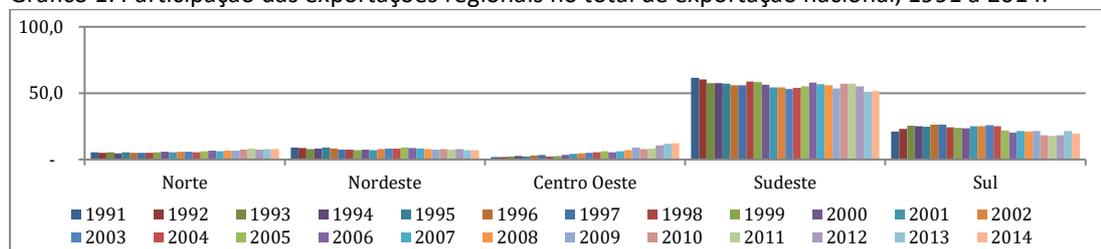
⁴ Por falta de espaço no texto, não foi possível apresentar as informações estaduais em tabelas e gráficos, mas esses dados foram sistematizados para as esferas estaduais também.

macrorregião, o estado que mais perdeu participação foi o estado do Rio Grande do Sul e atualmente o estado com maior participação no total de exportações nacionais é o Paraná, para onde houve expansão da produção de soja.

Outra região que também apresentou perda, embora pequena, de participação no total de exportações nacionais foi a região Nordeste, passando de 9% em 1991 para 7,1% em 2014. Em termos de participação regional, as unidades da federação que compõem essa região não apresentaram grandes modificações em seus pesos relativos nas exportações nacionais, embora tenha havido uma tendência de queda de participação para a maior parte, e estabilidade para Bahia e Sergipe. Os dados mais agregados escondem a existência de importantes frações do território que apresentam grande dinamismo econômico e significativa inserção no comércio internacional dentre as quais podemos destacar as regiões produtoras de soja nos estados da Bahia, Maranhão e Piauí, extrativa mineral e metalurgia nos estados do Maranhão e Bahia, calçados no Ceará (embora bastante afetados pela tendência de valorização da moeda nacional no período 1994-1998; pós 2004), a fruticultura no Vale do São Francisco nos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Ademais, investimentos em refinarias no estado de Pernambuco podem ter como efeito o aumento das exportações de seus derivados.

As regiões Norte e Centro-Oeste, Gráfico 1, foram as que tiveram maior aumento da conectividade à ampliação da demanda mundial por *commodities*, sendo que os movimentos responsáveis pela intensificação do aumento das exportações estiveram ancorados na expansão da extração mineral, principalmente, seguida da expansão da fronteira agropecuária (primordialmente soja e gado) na região Norte, e a continuidade da expansão agropecuária na região Centro-Oeste.

Gráfico 1: Participação das exportações regionais no total de exportação nacional, 1991 a 2014.



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração Própria.

Na região Norte, os estados de Pará, Amazonas e Rondônia são responsáveis por mais de 90% das exportações da região, sendo que o principal estado exportador é o Pará, responsável por 80% das exportações regionais e que se destaca como importante ofertante de minério de ferro, sendo responsável pela produção de quase 40% do minério de ferro exportado pelo país.

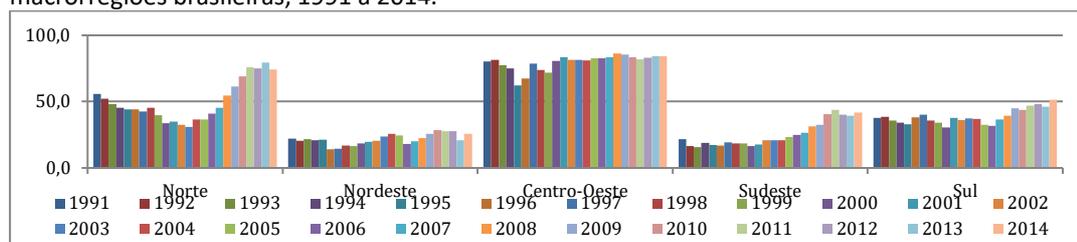
A região Centro-Oeste, por sua vez, foi a que apresentou a maior tendência de crescimento das exportações, sendo que todos os estados que compõem a região ampliaram suas exportações, com destaque para Mato Grosso, que ampliou em 6 p.p. a participação no total de exportações nacionais, seguido de Goiás (+2,4 p.p.), Mato Grosso do Sul (+2,2 p.p.) e DF (+0,1 p.p.).

As tendências de expansão das atividades exportadoras e de maior inserção comercial de determinadas frações do território nacional foram intensificadas em meados da primeira década dos anos 2000 em virtude de um processo já amplamente debatido na literatura econômica que conjuga a ampliação da demanda por *commodities* e seu impacto no sentido de elevação dos preços desses produtos no mercado internacional, juntamente com uma modificação na diplomacia comercial brasileira com uma maior aproximação a parceiros comerciais não

tradicionais⁵. Portanto, o processo que culmina no *boom* das *commodities* reforçará estruturas produtivas previamente existentes, tais como a indústria extrativa nas regiões Norte (Pará), Minas Gerais, petrolização de petróleo no Espírito Santo, extração de petróleo no Rio de Janeiro; as novas possibilidades de vultosos negócios internacionais mudarão estratégias empresariais tal como a estratégia da Vale do Rio Doce de intensificar a extração de minérios no Pará e reduzir a extração de petróleo em Minas Gerais; haverá continuidade da expansão da fronteira agropecuária, que continuará pela região Centro Oeste e adentrará a região Norte com a soja e gado, e em parte da região Nordeste com a soja, expandindo-se também a soja nos estados do Paraná e Minas Gerais, o cultivo da cana-de-açúcar se intensificará o estado de São Paulo e Minas Gerais. Nesse sentido, podemos dizer que os efeitos do *boom* de *commodities* em termos regionais vão no sentido de reforçarem estruturas produtivas previamente definidas e capturarem novos espaços e articulá-los diretamente ao exterior.

O Gráfico 2 evidencia que não apenas as regiões que ampliaram suas participações nas exportações nacionais passaram por um intenso processo de primarização das suas pautas de exportações, mas que também as regiões Sudeste e Sul, que perderam participação nas exportações nacionais, tiveram ampliação dos produtos básicos nas pautas de exportação nos anos 2000. Essas informações confirmam as tendências mostradas anteriormente.

Gráfico 2: Participação das exportações de produtos básicos no total de exportação das macrorregiões brasileiras, 1991 a 2014.



Fonte: SECEX. Elaboração própria.

A região Centro-Oeste manteve a grande participação de produtos básicos em sua pauta de exportação, apresentando leve queda apenas no período de 1994 a 1999. Ao longo dos primeiros 14 anos do século XXI, a participação de produtos básicos em sua pauta exportadora foi de mais de 80% (Gráfico 2). Trata-se de uma pauta de exportação com baixa diversificação, sendo que em 2014 cerca de 45% das exportações da região correspondia a “soja triturada, exceto para sementeira”. Entre os dez produtos mais exportados em 2014 estavam outros produtos relacionados à produção de soja, milho, gado e aves. Isso reflete a estrutura produtiva da região, bastante conectada à agropecuária. Dentre as exportações da região Centro-Oeste cerca de 15% é de produtos semifaturados e uma parte muito pequena é de produtos manufaturados. Isso reflete que essa região se articula ao exterior principalmente atendendo a demanda externa de produtos agropecuários, mas que por outro lado essa região também fortalece os vínculos com o mercado interno, pois a indústria que vai se localizando naquela região tem, como principal destino, os mercados regional e nacional.

Na região Norte, há expansão das exportações de produtos provenientes da indústria extrativa principalmente no estado do Pará. Esse dinamismo é explicado, em grande parte, pela intensificação de investimentos no complexo minero-metalúrgico do sudoeste do estado pela

⁵ PRATES (2005)

empresa Vale do Rio Doce, empresa que respondia por mais de 60% das exportações regionais em 2011. Por outro lado, na região Norte houve expansão da fronteira agropecuária para os estados de Rondônia e Tocantins, intensificando, em grande medida, a articulação desses estados aos circuitos internacionais de comércio. O estado do Amazonas, por sua vez, tem uma inserção diferenciada, com participação de produtos industrializados provenientes do Polo Industrial de Manaus (PIM). Entretanto, a partir de 2011 os produtos mais exportados por esse estado passam a ser produtos para preparação de bebidas, ao contrário dos anos anteriores em que os produtos provenientes do PIM figuravam entre as principais exportações regionais. Primordialmente por conta dessas tendências, a partir de 2004 cresce significativamente a exportação de produtos básicos por parte da região Norte e a partir de 2008 esse patamar supera 50% das exportações regionais.

No que se refere a região Nordeste, embora essa seja a região com menor peso de produtos básicos em sua pauta de exportação, o peso desse tipo de produtos vem crescendo e chegou a 25% em 2014. O comércio de produtos básicos está relacionado à expansão da cultura de soja que tem se expandido no Oeste da Bahia, sul do Maranhã e sudeste do Piauí. Nos estados da Bahia e Maranhão também se destacam a exportação de produtos provenientes da extração de minerais não metálicos e da indústria metalúrgica. A economia nordestina teve uma formação econômica bastante conectada ao mercado interno, ao contrário das regiões Norte e Centro-Oeste.

As regiões Sul e Sudeste também ampliaram a exportação de produtos básicos a partir de meados da primeira década do século XXI, devendo-se destacar que a participação de produtos básicos no total de exportações da região Sul chegou a 50% em 2014.

Na região Sudeste, o estado de São Paulo, embora concentre a maior parte da indústria nacional e seja considerado o núcleo da industrial nacional, apresenta, entre os dez principais produtos de exportações, bens agrícolas ou provenientes da extrativa, tais como açúcar de cana, outros açúcares, soja, óleo bruto de petróleo, carnes e sucos de laranja. No caso do estado do Rio de Janeiro a exportação de produtos básicos representava cerca de 0,1% do total de exportações em 1991, já em 2014 esse índice havia subido para 60%, influenciado pela extração de petróleo uma vez que petróleo bruto representa quase 50% do total de exportações do estado. As exportações do estado de Minas Gerais se concentram em minério de ferro, café, soja, açúcar de cana, carnes, o que também evidencia uma grande primarização da sua pauta exportadora. Entre os dez principais produtos exportados pelo estado do Espírito Santo estão minérios de ferro, tubos flexíveis de ferro e aço, outros produtos semifaturados de aço, pasta química de madeira (relacionada a indústria de papel e celulose), granito, óleo bruto de petróleo, café.

Por fim, a região Sul, no estado do Paraná, dos dez principais produtos exportados, oito correspondem a produtos provenientes de soja, carne, café e milho. Esse estado também exporta automóveis em virtude da indústria automobilística que se instalou em São José dos Pinhais. A vocação para exportação agropecuária também pode ser vista no estado do Rio Grande do Sul, à medida que entre as principais exportações estão produtos provenientes da soja, fumo, madeira, carnes. Essa mesma tendência se repete no estado de Santa Catarina.

Essas informações nos ajudam a interpretar certas mudanças que ocorreram na estrutura produtiva das macrorregiões brasileiras que vão no sentido de ampliação da participação da indústria extrativa e redução da participação da indústria de transformação no setor industrial regional. A questão que se coloca neste artigo, mais uma vez, é a seguinte: embora as atividades exportadoras pareçam ter influenciado importantes transformações nas estruturas produtivas regionais, com aumento do peso da indústria extrativa nas estruturas produtivas regionais, elas

são atividades que reúnem elementos suficientes para um processo de desenvolvimento no sentido de geração de emprego e distribuição de renda? E as atividades agropecuárias, têm maior capacidade de estimular geração de emprego e renda e contribuir para um processo de desconcentração? Nas próximas seções apresentaremos informações que visam fornecer construir uma contribuição para o entendimento de tal questão.

ESTRUTURA PRODUTIVA INDUSTRIAL REGIONAL: A CONTRUÇÃO RELATIVA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Neste item, objetiva-se entender possíveis transformações nas estruturas produtivas industriais regionais no período de 2004 a 2014. A análise aqui será feita em dois eixos: análise da desconcentração produtiva da indústria extrativa e da indústria de transformação e análise da composição da indústria dentro das regiões. Esse movimento analítico permite, por um lado, observar ganhos e perdas de participação entre as regiões e nos dá indícios dos possíveis fatores explicativos mais gerais que podem ter influenciado tal processo. Por outro lado, pode-se analisar os contornos assumidos pela indústria de transformação e ver, regionalmente, se a indústria nacional está tendo maior peso de atividades de maior conteúdo tecnológico, ou está crescendo puxada por atividades mais simples e intensivas em mão de obra.

A participação da indústria extrativa dentro do setor industrial vem crescendo no Brasil desde o final dos anos 1990, sendo que no período de 1996 a 2007 a taxa média de crescimento anual foi de 9,2% e no período 2007 a 2014 foi de 7,9%, passando a responder, em 2014, por 13,4% do total da produção industrial *vis a vis* a participação de 3,4% em 1996 (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1: Participação da Indústria Extrativa e da Indústria de Transformação no Setor Industrial, Brasil e macrorregiões (IBGE), 1996 a 2007.

	Indústria	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	tx cresc. (%aa.)	
														1996/2007 ^a	
Brasil	Extrativas	3,4	3,4	4,0	5,4	5,5	5,9	6,3	7,0	7,5	8,6	8,3	7,9	9,2	***
	Transformação	96,6	96,6	96,0	94,6	94,5	94,1	93,7	93,0	92,5	91,4	91,7	92,1	-0,5	***
Norte	Extrativas	9,3	10,5	13,9	16,7	13,7	15,8	15,3	13,9	17,1	18,6	16,6	16,1	4,4	***
	Transformação	90,5	89,2	85,2	82,6	85,6	83,7	83,9	84,8	82,0	81,4	83,4	83,9	-0,6	***
Nordeste	Extrativas	6,3	6,0	6,5	8,9	8,9	8,1	7,7	10,0	11,4	11,2	9,2	9,1	4,7	***
	Transformação	93,7	94,0	93,5	91,1	91,1	91,9	92,3	90,0	88,6	88,8	90,8	90,9	-0,4	***
Centro Oeste	Extrativas	4,4	6,8	5,2	5,7	5,1	4,5	4,8	4,1	3,4	3,1	3,3	7,4	-2,7	
	Transformação	95,6	93,2	94,8	94,3	94,9	95,5	95,2	95,9	96,6	96,9	96,7	92,6	0,1	
Sudeste	Extrativas	3,3	3,2	3,8	5,5	5,8	6,4	7,2	8,0	8,3	9,7	9,7	9,1	11,5	***
	Transformação	96,7	96,8	96,2	94,5	94,2	93,6	92,8	92,0	91,7	90,3	90,3	90,9	-0,7	***
Sul	Extrativas	1,0	1,0	1,1	0,9	1,0	0,8	0,8	0,7	0,8	0,9	0,8	0,8	-2,7	***
	Transformação	99,0	99,0	98,9	99,1	99,0	99,2	99,2	99,3	99,2	99,1	99,2	99,2	0,0	***

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração Própria.

Tabela 2: Participação da Indústria Extrativa e da Indústria de Transformação no Setor Industrial, Brasil e macrorregiões (IBGE), 2007 a 2014.

	Indústria	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (%aa.)
										2007/2014 ^a
Brasil	Extrativas	8,1	9,9	9,6	11,7	13,6	13,8	13,6	13,4	7,9 ***
	Transformação	91,9	90,1	90,4	88,3	86,4	86,2	86,4	86,6	-0,9 ***
Norte	Extrativas	16,2	22,6	22,8	36,9	40,6	36,4	37,8	31,4	10,9 ***
	Transformação	83,8	77,4	77,2	63,1	59,4	62,1	62,2	68,6	-3,8 ***
Nordeste	Extrativas	9,2	10,2	12,7	10,0	11,2	12,9	11,7	11,0	2,5 *
	Transformação	90,8	89,8	87,3	90,0	88,8	87,1	88,3	89,0	-0,3
Centro Oeste	Extrativas	7,6	7,3	4,6	5,5	5,7	5,7	5,1	5,0	-4,8 **
	Transformação	92,4	92,7	95,4	94,5	94,3	94,3	94,9	95,0	0,3 ***
Sudeste	Extrativas	9,3	11,4	10,8	12,9	15,3	16,2	16,1	16,8	9,1 ***
	Transformação	90,7	88,6	89,2	87,1	84,7	83,8	83,9	83,2	-1,3 ***
Sul	Extrativas	0,8	0,8	0,9	0,8	0,9	1,0	1,2	1,4	7,8 ***
	Transformação	99,2	99,2	99,1	99,2	99,1	99,0	98,8	98,6	-0,1 ***

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração Própria.

A análise das macrorregiões brasileiras revela que apenas na região Sul no período de 1996 a 2007 e na região Centro-Oeste no período de 2007 a 2014 a participação da indústria extrativa reduziu-se dentro da produção industrial (Tabelas 1 e 2). As demais regiões apresentaram crescimento da participação da indústria extrativa e essa modificação na estrutura industrial pode estar relacionada à ampliação de exportações de produtos básicos e à tendência de primarização das pautas regionais de exportação conforme evidenciado anteriormente.

A região Norte, que como vimos amplia sua participação nas exportações nacionais e apresenta um intenso crescimento da participação de produtos básicos em sua pauta de exportação, é a região em que a indústria extrativa mais amplia sua importância na estrutura produtiva industrial regional (Tabelas 1 e 2), passando de 9,3% em 1996 para 31,4% em 2014. A atividade extrativa refere-se, majoritariamente, à extração mineral no estado do Pará.

O intenso crescimento da indústria extrativa na região Norte provoca uma ampliação da participação dessa região na produção nacional, tendência que se intensifica nos anos de 2007 a 2011. Entretanto, a indústria extrativa continua altamente concentrada na região Sudeste, indicando que apesar da intensificação dessa atividade na região Norte e em algumas localidades da região Nordeste, a concentração da produção está longe de ser revertida. Parte da atividade extrativa é destinada ao mercado interno, mas o grande impulso para o crescimento dessas atividades a partir de 2003 está relacionado ao *boom* de *commodities*. Nesse sentido, por se tratar de atividade cuja localização se dá pela existência ou não de recursos naturais a serem explorados, ela apresenta grande dificuldade de desconcentração (Tabelas 3 e 4).

A grande participação da região Sudeste está relacionada, primordialmente, ao grande peso do petróleo proveniente do estado do Rio de Janeiro e Sul do Espírito Santo. Minas Gerais perdeu participação na extrativa mineral para o estado do Pará, com a consolidação do complexo de Carajás e as estratégias da Vale de ampliação de investimentos no Sudoeste desse estado. Embora perca participação, o peso significativo do Nordeste na extrativa nacional também está relacionado às atividades extrativas de petróleo. De acordo com Macedo (2010) algumas cidades em Sergipe, Rio Grande do Norte e mais recentemente em Pernambuco tem tido suas dinâmicas urbanas alteradas por conta dessa atividade.

Qual é a problemática que se coloca nesse ponto específico que consiste no aumento da participação da indústria extrativa em certas localidades? Sem dúvida essa atividade dinamiza as

economias locais, geram *royalties* que podem ser revertidos em serviços sociais e melhorias do espaço urbano, entretanto, por outro lado, trata-se de atividade intensiva em tecnologia, com limites para uma significativa expansão de empregos diretos, são atividades estreitamente conectadas à demanda internacional e, portanto, cria uma situação de vulnerabilidade das frações do território aos movimentos de expansão ou retração da demanda internacional. Ademais, essas atividades exploram recursos naturais não renováveis e são comandadas, principalmente no caso da indústria extrativa mineral, por grandes empresas, com grande concentração e centralização do capital e das decisões de investimento, empregabilidade e dos rumos a serem seguidos por essas localidades.

Tabela 3: Participação na indústria extrativa nacional, cinco macrorregiões (IBGE), 1996 a 2007 (em %).

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	tx cresc. (% aa.) 1996/2007 ^a	
Norte	12,3	12,8	13,8	12,9	11,6	13,4	12,4	9,8	12,8	12,7	12,3	12,0	-0,7	
Nordeste	14,0	12,4	12,0	13,2	14,3	11,9	10,7	12,8	13,7	12,2	10,9	10,9	-1,4	**
Centro-Oeste	2,9	4,6	3,3	2,5	2,1	2,0	2,1	2,0	1,6	1,3	1,3	3,3	-6,4	***
Sudeste	65,7	64,7	66,1	68,0	68,8	70,1	72,4	73,3	70,0	72,1	73,8	72,0	1,1	***
Sul	5,1	5,4	4,7	3,4	3,2	2,6	2,4	2,1	1,9	1,8	1,7	1,8	-10,8	***
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração Própria.

Tabela 4: Participação na indústria extrativa nacional, cinco macrorregiões (IBGE), 2007 a 2014 (em %).

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.) 2007/2014 ^a	
Norte	12,0	14,1	14,4	21,8	20,4	16,3	18,1	14,6	3,6	
Nordeste	10,9	10,0	12,9	7,9	7,6	8,9	8,1	8,1	-5,0	**
Centro-Oeste	3,3	2,7	2,2	2,1	1,9	2,2	2,0	2,0	-5,8	***
Sudeste	72,0	71,7	68,7	66,9	68,8	71,1	70,0	73,2	0,2	
Sul	1,8	1,5	1,8	1,3	1,2	1,3	1,8	2,1	0,9	
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100		

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração Própria.

No que se refere à indústria de transformação, observa-se que de 1996 a 2007 as regiões para onde a indústria de transformação mais se desconcentrou foram Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com maior destaque para esta última região (Tabela 5). Para o segundo período, de 2007 a 2014, a região Norte perde participação nacional, a região Nordeste apresenta pequeno ganho de participação e a região Centro-Oeste, novamente, é a que terá maior ganho de participação na indústria de transformação nacional (Tabelas 5 e 6).

A indústria de transformação segue bastante concentrada na região Sudeste, embora esta região venha perdendo peso relativo no contexto nacional. Esse processo de desconcentração da indústria pode ser explicado por vários fatores: por um lado, a expansão da fronteira agropecuária e extrativa, com a intensificação da exploração de bases produtivas de recursos naturais, gera efeitos em seus entornos e estimulam atividades urbanas, sejam de serviços ou industriais. Todavia, como veremos no próximo item, as atividades agropecuárias e de extrativa mineral possuem limites à expansão de emprego. As atividades extrativas são intensivas em capital e possuem baixo poder de criação de postos de trabalho e, dessa forma, o crescimento da extrativa em termos de exportações e de produção não tem uma contrapartida em igual proporção na

capacidade de geração de emprego e de um processo consistente de desconcentração de atividades industriais.

A agropecuária que cresce com a expansão da fronteira agrícola é, majoritariamente, de grandes propriedades com extensas produções mecanizadas e, portanto, com baixa capacidade de geração de novos postos de trabalhos diretos. Entretanto, como é o caso da região Centro-Oeste, do Sudeste e da região Sul, há formação de certos Complexos Agroindustriais importantes, o que revela importantes articulações da agricultura com a indústria de transformação e, por sua vez, efeitos de transbordamentos para setores que vão além da agropecuária (caso dos frigoríficos, beneficiamento de grãos, indústria alimentícia em geral), como é clarividente no caso da região Centro-Oeste.

A desconcentração, portanto, pode ter uma parte de sua explicação nos efeitos indiretos da indústria extrativa e agropecuária, mas isso não é suficiente para explicá-la. Outros elementos explicativos baseiam-se na guerra fiscal, numa atuação direta dos governos estaduais em atrair investimentos para suas unidades da federação, que atingiu a indústria automobilística e promoveu uma desconcentração desse setor no Brasil; em investimentos públicos em infraestrutura que se intensificaram para além da região Sudeste; nas políticas sociais de transferência de renda (principalmente o caso do Bolsa Família) e no aumento de poder de compra do salário mínimo que foram importantes fatores que estimularam o consumo e que, portanto, estimulam determinados segmentos industriais.

Portanto, vemos que a desconcentração industrial, medida aqui pela participação das diferentes regiões no total do Valor da Transformação Industrial nacional ocorre mais no sentido das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e, em menor medida, Sul no período 1996 a 2007, e no sentido Nordeste, Centro-Oeste e Sul no período 2007 a 2014 (Tabelas 5 e 6).

Tabela 5: Participação na indústria de transformação nacional, cinco macrorregiões (IBGE), 1996 a 2007 (em %).

Centro-Oeste	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	tx cresc. (% aa.) 1996/2007 ^a
Norte	4,2	3,8	3,5	3,6	4,2	4,4	4,6	4,5	5,0	5,2	5,6	5,4	3,8 ***
Nordeste	7,3	6,8	7,1	7,7	8,5	8,4	8,6	8,6	8,6	9,0	9,8	9,4	2,9 ***
Centro-Oeste	2,2	2,2	2,5	2,4	2,2	2,6	2,9	3,5	3,6	3,8	3,5	3,5	5,7 ***
Sudeste	68,5	69,0	68,5	66,3	65,6	64,2	63,3	62,7	62,7	62,8	62,1	62,0	-1,1 ***
Sul	17,8	18,2	18,3	19,9	19,4	20,2	20,6	20,7	20,1	19,2	19,0	19,7	0,7 **
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 6: Participação na indústria de transformação nacional, cinco macrorregiões (IBGE), 2007 a 2014 (em %).

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.) 2007/2014 ^a
Norte	5,5	5,3	5,2	4,9	4,7	4,4	4,7	4,9	-2,1 ***
Nordeste	9,5	9,6	9,4	9,5	9,5	9,6	9,6	10,2	0,7 **
Centro-Oeste	3,5	3,8	4,7	4,8	5,0	5,7	5,8	6,0	8,1 ***
Sudeste	61,7	61,2	59,8	60,1	59,7	58,6	57,5	56,1	-1,2 ***
Sul	19,9	20,1	20,9	20,7	21,2	21,6	22,4	22,7	1,9 ***
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100	

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração própria.

Os dados da PIA nos permitem compreender quais são as atividades que têm maiores participações relativas dentro das estruturas industriais regionais. Na região Norte, no período de 1996 a 2007, há grande participação de alimentos e bebidas, que está relacionada a exploração de recursos naturais e ampliação da fronteira agrícola, mas que tem grande conexão com o mercado interno. Crescimento de metalurgia básica, que está bastante conectada ao complexo minero-metalúrgico e à atividades exportadoras. Aparelhos elétricos e outros equipamentos de transportes também são importantes segmentos produtivos nesse período, tratando-se de produção do PIM e voltados para o mercado interno nacional. No período de 2007 a 2014 cai a participação de metalurgia básica, o que pode estar relacionado à contração da demanda internacional tanto por causa dos efeitos da crise internacional quanto por causa da mudança da estratégia chinesa, que passou a processar o minério de ferro afetando a metalurgia também no estado de Minas Gerais.

A região Nordeste tem queda de participação de alimentos e bebidas e ampliação da produção de combustível, essa última tendência relacionada à ampliação da extração de petróleo na região. Tem peso significativo da indústria química, em grande medida por conta do polo petroquímico de Camaçari. No período de 2007 a 2014 tem ganho em minerais não metálicos, o que pode estar relacionado a expansão da construção civil e consiste em uma tendência vista em quase todas as regiões. Houve queda na participação de automóveis, o que pode estar relacionado à retração do consumo interno a partir de 2012.

A estrutura industrial da região Centro-Oeste tem grande peso de Alimentos, quase 50% do VTI regional, o que está bastante relacionado à sua estrutura agropecuária regional, sendo que parte significativa dessa produção é para atender a demanda regional e nacional. Destaca-se também no período de 1996 a 2007 a presença significativa de produtos químicos e no período de 2007 a 2014 a de produtos farmacêuticos. Esse dado é influenciado pela presença de empresas do ramo farmacêutico principalmente no estado de Goiás. A fabricação de veículos é significativa na região, principalmente por conta das montadoras no estado de Goiás, atraídas, em grande medida pelos incentivos fiscais. A participação de veículos automotores passa a cair a partir de 2012, o que também pode revelar a queda da demanda interna.

A região Sudeste não apenas concentra a maior parte da indústria nacional, mas também seus segmentos mais complexos. No período de 1996 a 2007, os segmentos que mais ampliaram participação foram petróleo, metalurgia básica e fabricação de veículos automotores, tratando-se, portanto, no caso dos dois primeiros, de segmentos de ramos ligados à extrativa e às exportações. A partir de 2009 a produção de metalurgia básica começa a cair, relacionado à questão Chinesa acima mencionada. A participação de veículos automotores cai a partir de 2012, também sinalizando efeitos da retração do mercado interno para esse segmento.

Na região Sul, nos dois subperíodos houve ampliação da participação de alimentos e bebidas na estrutura industrial regional. Mais de 20% do VTI estadual corresponde a produção de alimentos e bebidas, que apresenta tendência de crescimento no período 2007 a 2014. Aumenta a participação de produtos derivados de petróleo. A região passou por perdas significativas, dentro de sua estrutura industrial, da produção de calçados por conta da guerra fiscal.

EMPREGO E RENDA SETORIAL E REGIONAL: QUAL É A CAPACIDADE DAS ATIVIDADES EXPORTADORAS EM AMPLIAR A OFERTA DE EMPREGO?

Para apreender possíveis mudanças nos mercados de trabalho das macrorregiões do Brasil utilizamos os microdados da PNAD/IBGE para analisar o trabalho assalariado, com e sem carteira,⁶ e seus rendimentos (em salários mínimos).⁷

O enfoque maior será dado aos dois setores da economia brasileira que mais se destacaram, nas seções precedentes, nas análises dos dados regionais de comércio exterior – agropecuária e indústria extrativa – e da estrutura produtiva industrial (VTI) – indústria extrativa. A Tabela 7 mostra que, a despeito do destacado desempenho da agropecuária e da extrativa mineral em relação aos demais setores nas exportações, e da indústria extrativa em relação à indústria de transformação na estrutura industrial, tais desempenhos parecem não se refletir também nas suas participações relativas na geração de empregos assalariados formais (com carteira de trabalho).

Observe-se na Tabela 7 que no tocante à participação relativa da agropecuária na absorção de mão-de-obra assalariada formal esta manteve-se estabilizada (no sentido estatístico, embora com taxas de crescimento negativas) no Norte e no Centro-Oeste ou em franco declínio significativo (também no sentido estatístico) para as demais regiões. Observe-se também a visível baixa participação relativa da agropecuária – com a única exceção da região Centro Oeste aonde esse setor chega a absorver até 10,0% dos assalariados formais da região. A região Nordeste, que teve parte de seu território incorporado à expansão da fronteira agrícola da soja, apresentou uma queda média anual de 5,9% na participação da agropecuária no total de emprego com carteira no período de 2002 a 2014.

No que respeita à indústria extrativa, a Tabela 7 revela uma situação mais crítica que não condiz com o expressivo desempenho desse setor, conforme revelado nas seções anteriores. Ou seja, pior do que a agropecuária, a indústria extrativa não consegue absorver sequer 2,0% dos assalariados formais, nem mesmo nas regiões de melhor desempenho desse setor (Norte e Sudeste).

Como a indústria extrativa tem uma elevada participação relativa do assalariamento formal em relação aos assalariados sem carteira de trabalho (Tabela 8), isso se reflete em uma ainda mais baixa participação relativa da indústria extrativa, no que respeita aos assalariados sem carteira (Tabela 9), comparativamente ao verificado na Tabela 7 (assalariados com carteira). Diferentemente ocorre com a agropecuária que, apesar de exibir em todas as macrorregiões tendência (estatística) de crescimento (Tabela 8), registra ainda baixas participações do assalariamento formal, comparando-a aos demais setores, de modo que, em decorrência dessa participação mais elevada entre os assalariados sem carteira, a Tabela 9 mostra uma participação relativa um pouco mais elevada da agropecuária na absorção de assalariados sem carteira (em contraste com o observado na Tabela 7), porém com tendência de queda em todas as décadas (Tabela 9).

⁶ Preferimos usar a PNAD porque nos permite analisar não apenas o emprego formal (caso da RAIS/CAGED), mas também o informal (assalariado sem carteira), permitindo uma análise comparada entre ambos.

⁷ No caso da região Norte, como a PNAD não abrangia o setor rural dessa região nos anos 2002 e 2003, não analisamos os dados dessa região para esses dois anos. Importa lembrar também que não houve a PNAD de 2010 por ser o ano de realização do Censo Demográfico.

Tabela 7: Evolução da participação relativa (%) dos ramos de atividade selecionados no total da ocupação de assalariados *com carteira* dentro de cada macrorregião do Brasil: 2002 a 2014.

Região / Ramos de Atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.) 2002/2014 ^{(a)(b)}	
Norte	Agropecuária	-	-	5,4	4,6	5,0	4,4	5,6	4,7	5,4	4,5	4,5	5,0	-0,5
	Indústria Extrativa	-	-	1,5	1,4	1,5	1,7	1,7	1,3	1,4	1,7	1,3	1,3	-0,9
	Indústria transformação	-	-	28,7	26,8	27,2	25,6	22,6	21,5	17,8	18,7	17,4	15,8	-5,9 ***
	Indústria da Construção	-	-	7,9	9,3	8,6	10,0	11,2	11,4	11,4	12,9	13,1	13,1	5,0 ***
	Outros	-	-	56,5	57,9	57,7	58,3	58,9	61,2	64,1	62,1	63,6	64,8	1,4 ***
Nordeste	Agropecuária	9,2	9,9	9,6	10,1	9,4	8,7	8,7	8,2	5,9	6,3	5,5	5,9	-5,1 ***
	Indústria Extrativa	1,0	1,4	1,1	1,2	1,2	1,3	1,1	1,4	1,3	0,8	0,9	1,1	-1,4
	Indústria transformação	19,6	19,4	20,6	20,0	20,0	20,7	19,9	18,8	17,9	18,1	17,6	15,9	-1,6 ***
	Indústria da Construção	7,5	6,3	6,9	7,1	7,5	7,3	9,1	9,4	10,9	11,3	12,9	12,6	6,1 ***
	Outros	62,8	63,0	61,7	61,5	61,9	62,1	61,2	62,3	64,0	63,5	63,1	64,5	0,2 ***
Centro Oeste	Agropecuária	10,2	9,8	10,9	11,2	10,3	11,5	11,1	10,5	9,7	9,9	9,4	10,7	-0,5
	Indústria Extrativa	0,6	0,8	0,5	0,5	0,7	0,7	0,8	0,8	0,9	0,9	0,7	0,7	2,9 **
	Indústria transformação	17,8	18,0	18,3	16,7	17,4	18,6	17,5	18,3	16,0	17,6	17,0	15,8	-0,7 **
	Indústria da Construção	6,0	5,1	5,9	6,3	5,8	6,5	8,1	7,1	8,0	7,0	8,9	8,9	4,0 ***
	Outros	65,4	66,4	64,3	65,4	65,9	62,7	62,5	63,2	65,4	64,5	64,0	64,0	-0,2
Sudeste	Agropecuária	5,6	5,4	6,0	5,4	5,4	5,3	5,7	4,9	4,6	4,1	4,1	3,9	-3,2 ***
	Indústria Extrativa	0,7	0,8	1,0	0,8	1,0	1,0	1,0	1,1	0,9	1,1	1,0	1,0	2,2 ***
	Indústria transformação	28,4	28,2	29,3	28,8	28,5	29,5	29,6	27,7	25,0	26,4	24,3	24,0	-1,5 ***
	Indústria da Construção	5,0	4,2	4,6	4,4	4,8	4,8	5,9	5,8	6,5	6,9	7,6	6,9	4,7 ***
	Outros	60,3	61,4	59,1	60,5	60,3	59,5	57,8	60,5	63,0	61,5	63,0	64,1	0,5 ***
Sul	Agropecuária	4,3	4,6	4,3	4,2	3,9	4,3	4,0	3,9	3,8	3,9	3,6	3,8	-1,5 ***
	Indústria Extrativa	0,1	0,3	0,2	0,3	0,2	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,2	0,3	2,8
	Indústria transformação	35,5	34,8	37,0	36,4	35,3	34,3	34,9	34,1	33,3	34,2	31,6	32,5	-0,9 ***
	Indústria da Construção	5,0	4,3	4,0	3,9	4,2	4,6	4,8	4,9	6,1	6,8	7,0	6,5	4,6 ***
	Outros	55,0	56,0	54,6	55,2	56,3	56,4	56,1	56,6	56,4	54,8	57,6	56,9	0,2 **

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

(b) Para a Região Norte as taxas anuais médias e o teste estatístico correspondem ao período de 2004 a 2014, uma vez que antes de 2004 a PNAD/IBGE não captava as informações dos residentes no meio rural dessa região.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração própria.

A maior formalização da força de trabalho assalariada na agropecuária ocorre nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, sendo que essa primeira região foi a que apresentou maior crescimento do peso de trabalhadores com carteira nesse setor de atividade. Mesmo a região Sudeste, que concentra parte significativa da agropecuária nacional, moderna e mecanizada, tem pouco mais de 50% dessa força de trabalho com carteira.

Esses dados podem estar revelando que o impacto dessas duas atividades – agropecuária e indústria extrativa – não foi tão expressivo em termos de geração de emprego (embora a qualidade desse emprego tenha melhorado, no que respeita à formalidade, obtenção da carteira assinada). Isso se deve ao fato de serem atividades intensivas em capital, não em mão de obra.

Adicionalmente incluímos, nas Tabelas 7, 8 e 9, a indústria de transformação para ressaltar que não apenas esse setor tem perdido participação no VTI regional (como mostra a Tabela 1, a região Sul foi a única em que a indústria de transformação não perdeu participação) no período 1996 a 2004, mas também na absorção de mão-de-obra assalariada formal e informal (Tabelas 7 e 9). Da mesma forma, incluímos também (Tabelas 7, 8 e 9) a informação sobre a indústria da construção com o intuito de mostrar de forma contrastada que esse setor demonstrou maior capacidade de absorção de mão-de-obra assalariada formal e informal do que a agropecuária e a indústria extrativa – além de que a formalização do trabalho assalariado é maior, em quase todas as macrorregiões, na indústria da construção do que na agropecuária (única exceção no Centro Oeste aonde ambos os setores são similares na formalização do trabalho assalariado). Em uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social (do ponto de vista da geração de empregos),

esses contrastes entre dois setores que se destacam *para fora* e os demais setores revelam que os primeiros contribuem menos do que os demais setores.

Tabela 8: Evolução da participação relativa de empregados *com carteira* no total de assalariados (com e sem carteira), por atividade econômica dentro de cada macrorregião do Brasil: 2002 a 2014.

Região / Ramos de Atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.) 2002/2014 ^{(a)(b)}
	Norte	-	-	15,7	16,1	17,4	17,5	23,7	17,5	22,4	20,8	23,0	26,9	4,7 ***
Indústria Extrativa	-	-	69,0	75,6	65,1	79,2	84,3	78,5	70,3	72,6	68,5	70,0	-0,3	
Indústria transformação	-	-	66,7	66,2	65,6	66,3	69,2	69,5	70,8	75,0	75,5	73,3	1,4 ***	
Indústria da Construção	-	-	45,5	46,2	47,0	50,6	50,6	54,7	55,4	58,7	61,1	57,8	3,0 ***	
Nordeste	16,8	18,6	18,6	19,6	19,9	20,7	22,8	20,9	21,3	22,8	22,9	24,9	2,6 ***	
Indústria Extrativa	56,7	77,5	67,7	78,3	70,1	69,0	73,6	79,5	76,6	74,3	76,5	79,4	1,4 ***	
Indústria transformação	58,9	62,3	62,6	61,9	62,7	64,1	65,1	66,4	69,2	70,6	71,6	69,6	1,5 ***	
Indústria da Construção	36,6	37,1	37,8	38,6	38,7	42,7	44,1	48,7	51,0	52,2	57,6	55,9	4,2 ***	
Centro Oeste	35,2	35,6	39,4	43,4	45,7	49,1	53,2	53,1	57,6	60,2	58,8	65,7	5,2 ***	
Indústria Extrativa	46,1	59,8	47,5	56,1	73,7	67,4	75,7	81,1	82,8	88,2	81,7	73,5	4,6 ***	
Indústria transformação	68,9	67,6	70,7	69,9	70,2	76,1	75,9	77,2	80,3	82,0	82,9	83,4	1,9 ***	
Indústria da Construção	39,9	40,1	41,5	50,9	46,8	54,3	55,6	55,6	57,6	60,1	62,6	59,7	3,8 ***	
Sudeste	42,6	41,6	45,8	44,3	46,4	48,9	53,0	48,7	55,2	54,0	53,5	55,3	2,4 ***	
Indústria Extrativa	86,2	81,1	89,7	90,5	88,0	89,4	94,3	93,2	92,7	94,3	97,5	94,4	1,0 ***	
Indústria transformação	79,1	80,3	80,6	82,5	82,9	83,2	85,5	85,9	89,8	89,3	89,8	89,6	1,2 ***	
Indústria da Construção	46,8	45,0	48,3	48,3	51,6	53,8	59,4	58,5	63,4	65,4	68,6	65,3	3,7 ***	
Sul	37,1	37,6	36,3	40,0	40,9	41,3	43,1	41,6	47,5	50,2	51,1	56,1	3,4 ***	
Indústria Extrativa	44,2	66,5	58,4	69,1	55,0	72,2	75,7	86,9	85,0	79,3	66,8	86,8	3,8 ***	
Indústria transformação	83,5	83,4	85,3	85,5	86,0	85,6	86,4	86,5	90,8	90,5	92,3	91,9	0,9 ***	
Indústria da Construção	52,0	53,1	50,9	52,3	53,2	57,4	53,3	58,5	62,1	66,1	65,1	64,4	2,3 ***	

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

(b) Para a Região Norte as taxas anuais médias e o teste estatístico correspondem ao período de 2004 a 2014, uma vez que antes de 2004 a PNAD/IBGE não captava as informações dos residentes no meio rural dessa região.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Tabela 9: Evolução da participação relativa (%) dos ramos de atividade selecionados no total da ocupação de assalariados *sem carteira* dentro de cada macrorregião do Brasil: 2002 a 2014.

Região / Ramos de Atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.) 2002/2014 ^{(a)(b)}
	Norte	-	-	19,1	16,4	16,8	15,5	15,1	17,4	17,0	16,1	15,6	14,1	14,1
Indústria Extrativa	-	-	0,4	0,3	0,6	0,3	0,3	0,3	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	5,5 **
Indústria transformação	-	-	9,4	9,3	10,1	9,7	8,4	7,5	6,7	5,9	5,8	6,0	6,0	-5,9 ***
Indústria da Construção	-	-	6,2	7,3	6,9	7,3	9,2	7,4	8,4	8,5	8,6	9,9	9,9	3,5 ***
Outros	-	-	64,8	66,7	65,6	67,2	67,1	67,4	67,4	69,0	69,4	69,5	69,5	0,6 ***
Nordeste	26,7	27,8	26,0	26,4	24,8	23,7	21,8	23,6	20,1	19,8	18,2	17,6	17,6	-3,7 ***
Indústria Extrativa	0,4	0,3	0,3	0,2	0,3	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	-1,3
Indústria transformação	8,0	7,6	7,6	7,8	7,8	8,3	7,9	7,2	7,4	7,0	6,8	6,9	6,9	-1,2 ***
Indústria da Construção	7,6	6,9	7,0	7,2	7,7	7,0	8,6	7,5	9,6	9,6	9,3	9,8	9,8	3,0 ***
Outros	57,3	57,5	59,0	58,4	59,4	60,6	61,4	61,4	62,6	63,4	65,3	65,4	65,4	1,1 ***
Centro Oeste	17,4	17,9	16,7	16,6	14,4	15,4	13,0	12,9	12,6	12,2	12,6	10,9	10,9	-3,8 ***
Indústria Extrativa	0,6	0,5	0,5	0,4	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,5	0,5	-4,7 ***
Indústria transformação	7,4	8,7	7,6	8,2	8,7	7,6	7,4	7,5	6,9	7,2	6,7	6,2	6,2	-1,9 ***
Indústria da Construção	8,3	7,7	8,3	6,8	7,8	7,1	8,6	7,8	10,4	8,7	10,2	11,8	11,8	3,0 ***
Outros	66,2	65,1	66,9	68,0	68,8	69,5	70,7	71,4	69,7	71,8	70,1	70,6	70,6	0,6 ***
Sudeste	12,3	12,6	11,8	12,0	11,4	10,9	10,7	11,1	9,6	9,4	10,1	8,6	8,6	-2,7 ***
Indústria Extrativa	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	-4,9 ***
Indústria transformação	12,1	11,6	11,8	10,7	10,8	11,8	10,6	9,8	7,4	8,5	7,8	7,5	7,5	-4,2 ***
Indústria da Construção	9,1	8,6	8,3	8,3	8,2	8,2	8,5	9,0	9,8	9,7	9,8	10,0	10,0	1,4 ***
Outros	66,3	66,9	67,9	68,8	69,3	68,8	70,1	69,9	73,0	72,2	72,3	73,7	73,7	0,8 ***
Sul	13,5	14,7	14,7	13,0	11,8	12,8	11,6	12,4	12,0	11,3	10,6	9,4	9,4	-2,8 ***
Indústria Extrativa	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,2	0,1	0,2	0,2	0,4	0,1	0,1	-4,8 ***
Indústria transformação	12,9	13,3	12,4	12,7	11,9	12,2	12,2	12,0	9,7	10,4	8,1	8,9	8,9	-3,5 ***
Indústria da Construção	8,5	7,3	7,5	7,3	7,7	7,3	9,3	7,9	10,7	10,1	11,6	11,2	11,2	3,8 ***
Outros	64,8	64,4	65,1	66,6	68,2	67,3	66,7	67,5	67,4	68,1	69,4	70,4	70,4	0,6 ***

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

(b) Para a Região Norte as taxas anuais médias e o teste estatístico correspondem ao período de 2004 a 2014, uma vez que antes de 2004 a PNAD/IBGE não captava as informações dos residentes no meio rural dessa região.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Na região Norte a indústria de transformação apresentou a maior queda na participação no total de assalariados com carteira (taxa média anual de -5,4%), ao passo que a construção civil apresentou taxa média anual de crescimento positiva de 5%. Sobre a importância da construção civil na geração de emprego formal nesse período, destaca-se a região Nordeste, onde o crescimento da participação relativa desse setor no total de ocupados com carteira foi de 6,1%, seguido do Sudeste (4,7% a.a.) e Sul (4,6% a.a.), conforme Tabela 7.

Nas regiões Norte e Nordeste, a formalização da força de trabalho assalariada na construção civil é muito superior à formalização no agropecuário. As regiões Sul e Sudeste apresentam também maior formalização na construção civil, mas a diferença em relação ao agropecuário é mínima. A região Centro-Oeste é a única em que a formalização no agropecuário supera a da construção civil (Tabela 8).

As Tabelas 10 a 13 nos permitem uma outra forma de avaliar o impacto do aprofundamento da conexão das macrorregiões brasileiras com o exterior – no período analisado, que, como exposto anteriormente, se dá primordialmente via intensificação do uso do território nacional nas atividades extrativa mineral e agropecuária. As Tabelas 10 a 13 apresentam, para as respectivas atividades e macrorregiões, a distribuição dos assalariados com carteira e sem carteira por faixas de rendimento (em salários mínimos).⁸

Tabela 10: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados *com carteira* ocupados na indústria extrativa das macrorregiões do Brasil, segundo faixas de rendimento (em salários mínimos), 2002 a 2014.

Região	Faixas de Salários Mínimos	Anos												tx cresc. (% aa.) 2002/2014 ^{(a)(b)}
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	
Norte	0 a 2 s.m.	-	-	19,4	12,1	36,7	19,5	23,2	21,7	32,8	27,4	8,7	14,4	-2,5
	0 a 3 s.m.	-	-	46,6	51,6	50,6	55,7	47,7	53,3	61,2	43,5	52,4	52,9	0,5
Nordeste	0 a 2 s.m.	69,8	66,8	66,8	65,4	56,7	51,8	47,9	49,3	62,9	49,1	47,0	44,1	-3,3 ***
	0 a 3 s.m.	82,9	76,2	75,7	73,5	69,3	71,8	63,2	62,1	76,1	67,4	67,5	66,8	-1,3 ***
Centro Oeste	0 a 2 s.m.	72,7	73,1	67,7	80,4	62,3	59,9	42,7	44,6	40,1	50,2	38,3	40,5	-5,8 ***
	0 a 3 s.m.	80,5	92,7	80,6	96,1	83,4	92,5	73,3	71,3	61,1	77,9	76,8	61,9	-2,4 ***
Sudeste	0 a 2 s.m.	50,5	50,9	53,8	54,2	44,4	44,0	40,5	33,7	38,4	33,2	32,6	30,8	-4,7 ***
	0 a 3 s.m.	69,7	66,3	71,7	72,1	67,0	71,0	64,7	61,6	61,5	53,8	57,1	58,1	-2,1 ***
Sul	0 a 2 s.m.	64,3	82,8	90,7	75,9	63,7	75,0	57,4	62,2	61,6	66,1	47,6	36,2	-4,6 ***
	0 a 3 s.m.	77,1	100,0	97,6	88,6	76,5	92,9	87,7	87,8	84,7	76,3	78,2	78,9	-1,2 *

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

(b) Para a Região Norte as taxas anuais médias e o teste estatístico correspondem ao período de 2004 a 2014, uma vez que antes de 2004 a PNAD/IBGE não captava as informações dos residentes no meio rural dessa região.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Pode-se observar na Tabela 10 uma tendência um pouco melhor da observada em relação à participação relativa da indústria extrativa na absorção de mão-de-obra assalariada formal. A Tabela 10 mostra que, do ponto de vista do rendimento (em salários mínimos) dos assalariados *com carteira*, com exceção da região Norte – que não exibiu tendência (estatística) seja de crescimento ou de decréscimo – todas as demais macrorregiões experimentaram, entre os assalariados com carteira, na indústria extrativa, tendências de redução da participação relativa dos rendimentos até três salários mínimos (significando aumento nas fixas acima de 3 salários

⁸ Os valores foram deflacionados para setembro de 2014 (mês de referência da PNAD). O deflator utilizado foi o INPC.

mínimos) – embora, possamos observar que, depois de doze anos de taxas médias negativas de crescimento, mais da metade dos respectivos assalariados ainda ganham seus rendimentos no máximo até a referida faixa de salários mínimos. Vale também notar que enquanto no Sudeste ainda se observa um terço dos assalariados com carteira com rendimentos de no máximo até dois salários mínimos, na região Norte essa estatística é mais favorável.

Entre os assalariados *sem carteira* empregados na indústria extrativa, observam-se (Tabela 11) tendências semelhantes (aos com carteira, na atividade) e importantes, de decréscimo da participação relativa dos rendimentos até três salários mínimos – única exceção da região Nordeste, que exibiu estabilidade (estatística) dos dados. Por outro lado, um dado diferenciado entre os dois tipos de assalariados, com e sem carteira de trabalho (Tabelas 10 e 11), é que na maioria dos anos da série de tempo analisada, entre os *sem carteira*, revela-se bastante elevada a concentração dos rendimentos na faixa de no máximo até dois salários mínimos, em todas as macrorregiões (Tabela 11).

Tabela 11: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados *sem carteira* ocupados na indústria extrativa das macrorregiões do Brasil, segundo faixas de rendimento (em salários mínimos), 2002 a 2014.

Região	Faixas de Salários Mínimos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.)
		2002/2014 ^{(a)/(b)}												
Norte	0 a 2 s.m.	-	-	80,9	71,9	86,0	88,2	81,3	82,7	50,9	69,1	50,3	59,5	-4,4 ***
	0 a 3 s.m.	-	-	92,8	78,3	92,4	89,6	81,3	91,8	56,3	78,8	59,9	84,0	-2,7 *
Nordeste	0 a 2 s.m.	95,8	94,3	97,6	100,0	95,3	84,9	98,8	95,0	97,2	90,3	100,0	96,1	0,0
	0 a 3 s.m.	97,8	100,0	97,6	100,0	100,0	86,7	98,8	97,9	100,0	90,3	100,0	100,0	-0,1
Centro Oeste	0 a 2 s.m.	93,3	96,0	96,3	90,0	86,3	94,6	82,7	88,7	63,6	71,4	67,9	64,6	-3,5 ***
	0 a 3 s.m.	96,6	100,0	96,3	90,0	86,3	100,0	91,4	100,0	72,7	100,0	86,8	82,2	-1,1 *
Sudeste	0 a 2 s.m.	94,0	96,0	85,4	95,7	83,6	74,1	82,6	84,4	83,4	83,1	68,0	47,9	-3,4 ***
	0 a 3 s.m.	100,0	96,0	94,3	100,0	95,5	80,9	82,6	84,4	93,5	83,1	82,2	60,4	-2,6 ***
Sul	0 a 2 s.m.	89,8	88,5	90,7	83,5	100,0	89,4	91,1	93,3	83,9	71,1	91,0	55,0	-2,3 ***
	0 a 3 s.m.	97,3	100,0	100,0	91,6	100,0	100,0	95,6	100,0	83,9	95,2	94,2	55,0	-2,4 ***

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

(b) Para a Região Norte as taxas anuais médias e o teste estatístico correspondem ao período de 2004 a 2014, uma vez que antes de 2004 a PNAD/IBGE não captava as informações dos residentes no meio rural dessa região.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração própria.

O caso da agropecuária é bem menos animador, comparado com a indústria extrativa. Embora a agropecuária, conforme analisado anteriormente, absorva relativamente mais mão-de-obra assalariada do que a indústria extrativa, os rendimentos dos seus assalariados se concentram, em todas as macrorregiões, fortemente na faixa de até no máximo dois salários mínimos (Tabela 12, assalariados com carteira), realidade que fica ainda mais nítida entre os assalariados sem carteira (Tabela 13), sendo que esse grupo da agropecuária exibiu uma participação relativa fortemente expressiva na referida taxa de rendimentos na maioria dos anos analisados (Tabela 8).

Tabela 12: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados *com carteira* ocupados na *agropecuária* das macrorregiões do Brasil, segundo faixas de rendimento (em salários mínimos)

Região	Faixas de Salários Mínimos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.) 2002/2014 ^{(a)(b)}
Norte	0 a 2 s.m.	-	-	96,3	93,4	93,8	95,6	90,0	91,3	85,8	87,7	82,2	83,0	-1,5 ***
	0 a 3 s.m.	-	-	98,7	98,4	98,1	97,4	98,2	98,0	94,8	94,5	92,3	96,9	-0,5 ***
Nordeste	0 a 2 s.m.	98,7	98,9	97,8	97,6	99,1	96,2	96,6	94,5	96,6	95,4	95,6	93,9	-0,4 ***
	0 a 3 s.m.	99,3	99,6	98,8	99,0	99,7	98,2	98,5	98,8	98,7	98,2	98,7	97,7	-0,1 ***
Centro Oeste	0 a 2 s.m.	89,1	94,4	91,4	83,2	83,4	82,3	78,2	79,0	74,3	67,5	63,6	61,6	-3,3 ***
	0 a 3 s.m.	95,4	98,3	96,2	94,6	94,9	93,8	93,5	94,0	91,4	89,9	88,7	87,0	-0,8 ***
Sudeste	0 a 2 s.m.	96,8	97,5	97,5	95,4	93,6	91,9	89,7	89,7	85,8	83,7	79,3	79,4	-1,8 ***
	0 a 3 s.m.	99,0	99,1	99,3	98,6	97,9	97,9	96,6	96,8	95,3	93,2	94,6	94,4	-0,5 ***
Sul	0 a 2 s.m.	93,8	96,3	92,5	95,5	91,2	91,9	89,2	91,7	88,3	83,6	81,5	79,0	-1,4 ***
	0 a 3 s.m.	97,3	98,3	96,5	99,1	97,9	96,1	95,0	98,3	95,9	95,7	95,1	95,5	-0,2 ***

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

(b) Para a Região Norte as taxas anuais médias e o teste estatístico correspondem ao período de 2004 a 2014, uma vez que antes de 2004 a PNAD/IBGE não captava as informações dos residentes no meio rural dessa região.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Tanto no caso dos trabalhadores com carteira quanto dos trabalhadores sem carteira, a região Centro-Oeste é a que apresentou melhoria nos rendimentos na agropecuária, sendo a região com menor participação de trabalhadores nas faixas de 0 a 2 salários mínimos e de 0 a 3 salários mínimos (Tabelas 12 e 13). A região Centro-Oeste apresenta as maiores taxas de queda na proporção de trabalhadores na faixa de 0 a 2 salários mínimos tanto para trabalhadores com carteira quanto para trabalhadores sem carteira.

 Tabela 13: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados *sem carteira* ocupados na *agropecuária* das macrorregiões do Brasil, segundo faixas de rendimento (em salários mínimos)

Região	Faixas de Salários Mínimos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	tx cresc. (% aa.) 2002/2014 ^{(a)(b)}
Norte	0 a 2 s.m.	-	-	97,0	98,1	98,7	99,0	98,5	97,5	97,4	95,9	95,8	94,4	-0,3 ***
	0 a 3 s.m.	-	-	98,3	99,6	99,4	99,4	99,0	98,9	98,8	98,4	98,7	98,7	-0,1
Nordeste	0 a 2 s.m.	99,7	99,7	99,8	99,9	99,9	99,8	99,6	99,6	99,4	99,7	99,3	99,3	0,0 ***
	0 a 3 s.m.	99,9	99,9	100,0	99,9	100,0	99,9	99,9	99,9	99,8	99,8	99,8	99,9	0,0 ***
Centro Oeste	0 a 2 s.m.	95,6	97,2	96,9	95,7	96,6	94,3	94,0	91,8	92,3	89,9	89,1	80,0	-1,1 ***
	0 a 3 s.m.	98,9	98,8	99,0	98,3	98,5	97,9	96,8	96,5	96,6	95,1	98,8	94,9	-0,3 ***
Sudeste	0 a 2 s.m.	98,7	98,9	99,1	98,5	98,4	97,8	98,7	98,2	96,1	95,9	95,6	94,7	-0,4 ***
	0 a 3 s.m.	99,6	99,7	99,7	99,2	99,6	98,9	99,4	99,5	97,5	98,3	98,6	98,3	-0,1 ***
Sul	0 a 2 s.m.	97,0	98,7	98,4	96,8	98,1	96,1	97,7	96,0	96,0	94,5	93,1	91,8	-0,5 ***
	0 a 3 s.m.	99,4	99,3	99,2	99,5	99,2	98,5	99,3	98,5	98,3	98,2	97,7	96,3	-0,2 ***

(a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

(b) Para a Região Norte as taxas anuais médias e o teste estatístico correspondem ao período de 2004 a 2014, uma vez que antes de 2004 a PNAD/IBGE não captava as informações dos residentes no meio rural dessa região.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Em suma, a contribuição desse item tem o sentido de mostrar as limitações das atividades extrativas e agropecuárias para ampliação de postos de trabalho e de rendimentos. Dessa forma, políticas de desenvolvimento regional necessitam de um conjunto de políticas sociais, setoriais e territoriais simultâneas e articuladas. No caso de políticas econômica regionais setoriais, há necessidade de se estimular o adensamento de cadeias produtivas e atividades que tenham grandes desdobramentos em termos de geração de emprego e renda, juntamente com políticas de fortalecimento do mercado interno. Um novo perfil de comércio exterior é necessário, sendo este um perfil em que consigamos superar nossa herança primária exportadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou contribuir para interpretações que buscam relações entre comércio exterior e mudanças na estrutura produtiva industrial das macrorregiões brasileiras. Foi possível identificar a ampliação das atividades extrativas e agropecuárias para exportação principalmente nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. O comércio exterior gera importantes pontos de dinamismo nas diversas regiões brasileiras, com significativas modificações na estrutura produtiva ilustradas pelo avanço da agropecuária e da extrativa mineral. Entretanto, as atividades exportadoras que mais cresceram, extrativa e agropecuária, não ampliaram de forma satisfatória a capacidade de geração de emprego e concentraram-se em ocupações em faixas de remuneração mais baixas.

Foge ao escopo deste artigo a análise da qualidade desses empregos e os efeitos sobre aqueles municípios que são capturados pelo processo de exploração de minério de ferro e agropecuária, mas novos estudos devem ser feitos no sentido de apreender de forma mais detalhada as transformações socioeconômicas, o impacto ambiental, o impacto sobre as cidades, decorrentes dessas atividades voltadas para a exportação.

Mostrou-se, nesse processo, que a indústria extrativa ganha espaço em detrimento da indústria de transformação. Percebe-se uma contradição desse modelo visto que as atividades exportadoras, principalmente a extrativa, ganham participação no setor produtivo nacional (reforçando ou criando novas bases de exploração de recursos naturais), mas não são capazes de ampliarem a empregabilidade *vis a vis* outros setores mais articulados ao mercado interno.

Ressalta-se, também, o crescimento do comércio com a China por parte das regiões Norte e Centro Oeste, tornando parte da atividade econômica dessas regiões vulneráveis à dinâmica da economia chinesa.

Esse artigo não tem a pretensão de esgotar os vários determinantes da dinâmica regional nos anos mais recentes. É preciso uma agenda de pesquisa coletiva que tente compreender, em cada região, as estruturas produtivas, os novos espaços capturados pelo processo de acumulação, as principais modificações na rede urbana, as articulações entre a região, o nacional e o global.

O crescimento das exportações de commodities é de extrema importância principalmente em termos de gerar divisas para o equilíbrio das contas externas nacionais. Mas em termos de se pensar uma política de desenvolvimento nacional e regional ele apresenta restrições porque para isso é importante se pensar geração de emprego e renda e mais que isso, desconcentração da atividade produtiva com melhor distribuição de renda. Há indícios de que as atividades voltadas para o mercado interno possam ser mais eficientes nesse sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, R. (2008). Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. *Texto para Discussão*. Campinas: UNICAMP/IE, nº153.
- CORRÊA, V. P.; SANTOS, C. H. dos. Modelo de Crescimento brasileiro e mudança estrutural – avanços e limites. In CORRÊA, Vanessa Petrelli (org). *Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.

- CROCCO, G; URANI, A; GALVÃO, L. P. (org.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A. (1999).
- DELGADO, G. (2012). Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro; BRANDÃO, Carlos. *Escalas y políticas del desarrollo regional. Desafíos para América Latina*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2010. 349 p.
- GUJARATI, D. N. *Econometria básica*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2006, 4a Ed., 819p.
- HOFFMANN, R. Quatro tipos de teste de hipóteses com os dados das PNADs. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. (Orgs.). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. 1 ed. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000, v. 1, p. 137-155.
- MACEDO, F. M. **Inserção Externa e Território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional urbana e regional do Brasil (1989-2008)**. Campinas: IE-UNICAMP, Tese de Livre Docência, 2010a.
- _____. Inserção Comercial externa e dinâmica territorial no Brasil. **REDES**. Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 3, p. 89-114, set./dez., 2010.
- _____. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil: especialização regressiva e desconcentração produtiva regional. **Informe Gepec**. Toledo, v. 15, n. 1, p. 82-98, jan./jun., 2011
- MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estatísticas de Comércio Exterior. Balança Comercial Brasileira: Unidades da Federação**. Disponível em <http://mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>, acesso em fevereiro de 2016.
- PRATES, D. M. A inserção externa da economia brasileira no governo Lula. In. CARNEIRO, Ricardo (org.). *A Supremacia dos Mercados e a Política Econômica do Governo Lula*. São Paulo: FAPESP/UNESP, 2005.